

DISCURSO E CULTURA NA ARTE TUMULAR: ESTUDO SEMIÓTICO, ESPAÇO DE REPRESENTAÇÃO E MEMÓRIA

SPEECH AND CULTURE IN ART TOMB: STUDY SEMIOTIC,
REPRESENTATION OF SPACE AND MEMORY

Glauco Ricciele Prado Lemes da Cruz Ribeiro^{23/}
Universidade de Mogi das Cruzes - Centro Paula Souza
glaucoribeiro01@etec.sp.gov.br

Rosália Maria Netto Prados^{24/}
Universidade de Mogi das Cruzes
rosalia.prados@gmail.com

Resumo: Este trabalho trata de um estudo do discurso subjacente ao texto arquitetônico presente nos cemitérios, segundo a Semiótica. Propõe-se uma análise do texto tumular que, como qualquer texto, apresenta um percurso do sentido, ou processo discursivo. Neste trabalho, o objetivo é analisar processos discursivos como o religioso, o histórico e o administrativo manifestados no texto arquitetônico dos cemitérios, para uma reflexão sobre políticas culturais e educação patrimonial nesse sentido. Segundo a metodologia de análise semiótica, o discurso é subjacente ao texto e é constituído de estruturas e valores culturais, passíveis de serem analisados e descritos, para uma reflexão sobre discursos, representação e memória.

Palavras-Chave: Discurso Arquitetônico; Arte Tumular; Memória; Semiótica; Sociosemiótica.

Abstract: This paper deals with a study of the discourse underlying the architectural text in cemeteries, according to Semiotics. We propose an analysis of the tomb text that, like any text, presents a course of meaning or discursive process. In this work, the objective is to analyze discursive processes as the religious, historical and administrative manifested in architectural text of cemeteries, to reflect on cultural and heritage education policies. According to the methodology of semiotic analysis, discourse is behind the text and consists of structures and cultural values, which can be analyzed and described, to reflect on discourses, representation and memory.

Keywords: Architectural Discourse; Funerary Art; Memory; Semiotics; Socio-Semiotics.

Introdução

Propõe-se aqui uma reflexão sobre representações e memória, por meio de uma análise das linguagens e respectivos discursos manifestados no cemitério, à luz da

²³ Historiador, Mestrando em Políticas Públicas, bolsista Capes – Universidade Mogi das Cruzes. Professor no Centro Paula Souza.

²⁴ Doutora em Semiótica e Linguística Geral, pela Universidade de São Paulo, USP. Professora pesquisadora do programa de mestrado em Políticas Públicas, na linha Políticas culturais e cidadania, da Universidade de Mogi das Cruzes.

Semiótica, bem como uma reflexão sobre a cultura brasileira manifestada no texto tumular. Segundo a metodologia semiótica, é possível a reconstrução do processo discursivo, não só o estudo de sistemas de valores do contexto sociocultural, mas também do conhecimento sensível, ou da estética, enquanto efeito de sentido inscrito e codificado nas diferentes linguagens que caracterizam o processo discursivo do texto arquitetônico dos túmulos.

Este estudo tem por objetivos a análise e a descrição das relações entre destinadores e destinatários, sujeitos e objetos de valor, ou seja, a estrutura narrativa do discurso. Para esta análise foram considerados túmulos do Cemitério São Salvador de Mogi das Cruzes, cidade da região do Alto Tietê, fundada em 1560.

São considerados, no percurso metodológico, alguns conceitos sobre discurso e texto, segundo a teoria semiótica, proposta por Greimas (2001), pois segundo ele, cabe à Semiótica uma metodologia que possa dar conta do significado, no sentido amplo, uma vez que no discurso há um plano da manifestação, que reúne uma *expressão* e um *conteúdo*. Todo estudo sobre o discurso deve considerar que um texto, mesmo aqueles não verbais, como é o caso do texto arquitetônico, não poderia constituir lugar satisfatório de análise sem que se tomasse o *sentido* e se ultrapassasse esse nível para analisar as unidades mais profundas do discurso subjacente.

O discurso é visto, segundo essa perspectiva, como um processo de produção de sentido, é produzido num tempo e num lugar. A visão de mundo de uma comunidade sociocultural, bem como sua ideologia e sistema de valores, acha-se sempre em processo de (re)formulação no processo histórico e um constante vir a ser que, por sua vez, transmite a seus membros o sentido de estabilidade e continuidade, ou seja, um processo discursivo.

Os processos culturais, portanto, são apreendidos no convívio social, uma vez que as semióticas-objeto (*linguagem verbal, ou as não-verbais como a música, a gestualidade, as artes plásticas, etc*) são particulares em cada sociedade. Um discurso, segundo Pais (1997), é decorrente dos discursos que o precederam e a produção de um discurso específico só ocorre quando são utilizados os processos discursivos que pertencem aos demais membros de determinado grupo.

Nesta análise do discurso manifestado nos túmulos, são examinadas as tensões em conflito que se estabelecem nas relações entre sujeitos num determinado tempo e espaço. O homem vive em uma comunidade sociocultural, isto é, um sujeito em um determinado lugar (seu espaço), em um determinado tempo (seu tempo) e que sofre as

influências de todos os conceitos sociais (morais, religiosos, políticos, ideológicos e éticos) de que faz uso e que, por sua vez, formam sua visão de mundo. Para esta análise, portanto, são retomados alguns conceitos antropológicos e da linguagem histórica dos cemitérios e considerações sobre a história do Cemitério São Salvador de Mogi das Cruzes.

Discursos e cultura

Segundo a análise semiótica discursiva, por meio da desconstrução e reconstrução do discurso que, por sua vez, é considerado como processo de produção de sentido, examinam-se cognições, significações, recortes culturais próprios de uma cultura, que habilitam ao convívio e conferem a consciência e o sentimento de pertinência ao grupo, de sua permanência e continuidade no eixo do tempo (PAIS, 1997).

Numa cultura, os discursos constituem redes de significação e estão inseridos num processo dinâmico, por exemplo, os signos podem ser motivados por um determinado fato social, numa determinada época e espaço, e produzirem sentidos únicos nesse determinado contexto. Isso também explica por que um discurso pode ser aceito e é reforçado pelos meios de comunicação. Nos cemitérios, é possível analisar diferentes discursos, o religioso, o histórico, o arquitetônico e o educacional.

Este estudo, por tratar-se de uma reflexão sobre política cultural e preservação do patrimônio, é objeto de uma especificidade da análise semiótica, a Sociosemiótica, pois trata do funcionamento dos processos discursivos, ou sistemas de significação, no seio da vida social, e seus respectivos sentidos nesta prática social de se enterrarem os mortos e dos valores considerados na administração desses espaços.

Segundo Landowski (1992), de acordo com essa especificidade da Semiótica, impõe-se uma análise sociosemiótica das linguagens através das quais se exprime a diversidade das posições sociais e dos interesses em jogo no discurso. De acordo com o autor, somente o critério temático da semântica, ou seja, o significado das linguagens não é suficiente para o estudo dos discursos sociais pois, num cemitério, os textos não-verbais, túmulos, não manifestam apenas um discurso religioso, mas há representações de sujeitos coletivos autorizados, num tempo e num espaço, que instalam deveres e criam expectativas. Assim, produzem processos de sentido.

O sujeito coletivo está indefinidamente em construção, uma vez que, segundo Landowski (1992, p.23), a alteridade do *outro* é um dos elementos da identidade do *nós*.

Dessa maneira, os discursos subjacentes às linguagens dos cemitérios caracterizam as representações e sistemas de valores num determinado contexto histórico-social e espaço-temporal.

Histórico

Para este estudo sobre as linguagens e sistemas de valores dos cemitérios, e discursos subjacentes, são pertinentes algumas considerações sobre a história desses espaços nessas determinadas práticas sociais.

No Brasil, até o século XVIII, o hábito de enterros ficava sob a tutela da Igreja Católica, realizando-os dentro ou em torno dos templos. Esta ação, considerada segregadora, por anos, fomentou um comércio em que a opulência garantia locais dignos aos enterramentos.

Com o advento do Império, sob o governo de Dom Pedro I, foram inseridas leis que passam a proibir os enterramentos em igrejas e os destinam aos Cemitérios, lugares públicos. Nesses textos das leis, manifesta-se um discurso que tem como sistema de valores, além do religioso, o do exercício da cidadania, o direito ao enterro em um lugar digno.

A atribuição de zelar pelos cemitérios passou para as câmaras municipais, a partir de 1828. A lei de 1º de outubro de 1828, que regulamentava a atuação das câmaras municipais, atribuía a essas câmaras o estabelecimento dos cemitérios fora dos templos, de acordo com Título II das Funções Municipaes e Título III das Posturas Policiaes (BRASIL, 1885).

Em prestação de contas da câmara municipal de Mogi das Cruzes, no ano de 1843, havia gastos como os reparos no portão do cemitério, com plano e orçamento detalhado (forro, caibros, pregos, vigas, vigotão, etc.) e de uma capelinha dentro do cemitério. Em 11 de fevereiro de 1871, a Assembleia Legislativa Provincial examinava o regulamento enviado pela Câmara de Mogi para a nova organização do Cemitério Público Municipal, estabelecendo ser, no artigo I, de exclusiva administração da Câmara Municipal (MOGI DAS CRUZES, s/d).

O discurso religioso estava presente e no artigo IV, das Funções Municipaes (BRASIL, 1885), estabelecia-se que haveria um espaço para a exumação dos *acatholicos* ou dos, a quem a Igreja *catholica* recusasse a sepultura eclesiástica. Um muro o distinguiria do terreno sagrado. Mas no artigo XXXVIII, em dúvida se o cadáver era de *cathólico* ou *acatholico*, prevaleceria a presunção de que seria *cathólico*.

No artigo XXXIII, estabelecia-se que toda a renda do cemitério pertenceria à câmara municipal, exceto 10%, e isto gerava manifestações de descontentamento por parte da Igreja. Neste regulamento, pode-se perceber no discurso da lei, que se caracteriza pela modalização do dever-fazer, o início de uma tensão nas relações Igreja-Estado com a perda gradual de influências da Igreja e a laicização contínua da vida.

Benzido de acordo com o rito romano, em 27 de junho de 1871, a localização do Cemitério São Salvador indicava uma preocupação sanitária, pois desde meados do século XIX se questionava, em vários locais da província, a localização dos cemitérios. Mesmo sendo posterior, o Código Sanitário de 1894 (SÃO PAULO, 1894) dá pistas sobre a localização que deveria ter um cemitério, apresenta-se outro discurso, o da saúde pública: "Deverão ser construídos sempre que possível, em pontos elevados e contra-vertente das águas" (SÃO PAULO, 1894).

Em Mogi das Cruzes, com a evolução urbana, em meados do século XIX, o espaço dos mortos estava na cidade e integrava um espaço comunitário. Desta forma, com as discussões em torno da saúde pública, houve um distanciamento da comunidade dos vivos, com o deslocamento do cemitério para o "alto do campo santo"²⁵.

Atualmente, o Cemitério São Salvador é composto por 150 mil metros, 9.500 mil jazigos e mais de 20 mil sepultados. Fica evidente, em suas alamedas, a visão por etnias, credos e elevação social. Os túmulos expressam uma ideia ou conceito do mundo dos vivos sobre o mundo dos mortos, ou seja, o texto arquitetônico manifesta um discurso. Nesse sentido, eles podem ser considerados como objetos que representam a identidade cultural. Estes elementos ficam claros nos trabalhos de arte tumular em mármore, granito e alvenaria.

Estes sistemas de símbolos, ou melhor, processos de significação, ou discursos, fortalecem a representação da identidade cultural, em que o cemitério é um espaço de representações sociais cabendo hoje estudos profundos de suas significações. No Brasil, a concepção de se visitar ou mesmo estudar os cemitérios não é como o que acontece em alguns países como no cemitério Père-Lachaise, em Paris, na França, o cemitério de La Recoleta, em Buenos Aires, na Argentina e Arlington, em Virginia, nos Estados Unidos.

Nesses cemitérios os visitantes são conduzidos por guias que os levam para conhecer os jazigos de famosos e obras de artes assinadas por renomados escultores;

²⁵ Ata da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes-SP. Arquivo Histórico de Mogi das Cruzes-SP

verifica-se um discurso de memória e patrimônio. Atualmente, no Brasil, apenas o Cemitério da Consolação, na cidade de São Paulo contempla esta ação de preservação de sua memória. Este último foi fundado em 1858 e em seu interior há personalidades sepultadas e monumentais jazigos construídos por artistas como Victor Brecheret, Bruno Giorgi, Rodolfo Bernardelli, Nicola Rollo entre outros²⁶.

Os cemitérios guardam em sua essência a memória individual de cada sujeito. De acordo com Eclea Bosi (1987), lembrar significa aflorar o passado, combinando com o processo corporal e presente da percepção, misturar dados imediatos com lembranças. A memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo atual das representações. A autora ainda declara que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que muda conforme o lugar que algo ocupa e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (BOSI, 1987, p.42). É possível verificar-se, nesse caso, segundo uma análise semiótica, o discurso histórico, manifestado pela subjetividade, ou seja, os sujeitos em seu tempo e em seu espaço.

Nesta concepção, a preservação do cemitério e sua utilização como objeto de estudo social e cultural não só preserva a memória do morto, mas também a identidade cultural de uma sociedade num determinado período do tempo e suas significações.

Memória no Cemitério São Salvador

O início deste estudo do cemitério São Salvador se deu pela ausência de pesquisas na cidade relacionadas ao tema. O objetivo deste é estudar os valores implícitos nos túmulos, por meio da análise semiótica discursiva para se entender e se apontar a necessidade de uma educação patrimonial.

Nesse percurso que aqui se descreve, caracteriza-se a manifestação de um discurso em que se esboça uma preocupação com o patrimônio cemiterial, centenário de uma cidade da região Metropolitana da Grande São Paulo, Mogi das Cruzes, mas pode servir de exemplo para o despertar da preservação de patrimônios de qualquer município, seja ele grande ou pequeno, para reflexões sobre políticas culturais e educação patrimonial.

Mogi das Cruzes enfrenta vários problemas relacionados à urbanização em meio à especulação imobiliária dos grandes centros. A cada ano, as cidades perdem suas áreas urbanas de valor patrimonial, portadoras de um duplo caráter: são bens de caráter

²⁶ Prospectos direcionados aos visitantes do Cemitério da Consolação em São Paulo-SP.

artístico-cultural e são suportes da memória social de valor histórico. Este reflexo é evidente no principal cemitério da cidade, percebe-se a ineficiência de políticas públicas culturais e a desvalorização da memória social.

O cemitério, com seu discurso arquitetônico, tornou-se também uma forma de compreender as relações sociais em determinada época e não só a possibilidade de se estudar a sociedade através dos espaços destinados aos enterramentos, à arte arquitetônica e ao significado dos túmulos, como também o estudo dos trabalhos em mármore, técnica e marmoristas, além do entendimento da religião, classes sociais e locais de enterramentos.

Como política pública, a preservação cemiterial ou o patrimônio funerário visto como patrimônio cultural constitui, hoje, uma ação realizada em várias partes do mundo e também no Brasil, sendo que, no âmbito federal, os primeiros cemitérios tombados datam de 1930 e os últimos do ano 2000, de acordo com o IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para o período 2010-2015 (IPHAN, MEC).

De 2006 a 2014, foram fotografadas mais de 2.000 imagens de jazigos, seus formatos, materiais e estética evidenciada, possibilitando que inúmeras ações possam ser tomadas para a preservação e difusão deste local. Através dos levantamentos fotográficos, desses textos arquitetônicos, que caracterizam uma arte tumular, e apontamentos realizados, descobriu-se que jazigos com importância histórica e arquitetônica perdem-se ano a ano no silêncio de uma segunda morte, peças de valor inestimável se perdem. Em oito anos de pesquisa, perderam-se duas peças principais e uma secundária.

Entre as principais perdas, está o jazigo de uma família rica, antigos tabeliães do município, que era composto de bustos dos patriarcas confeccionados em Mármore estilo Carrara, com 4 metros de altura e três de largura, composto de seis sepulturas sendo a mais antiga datada de 1886. O túmulo foi confeccionado na década de 1910. Segundo o texto arquitetônico tumular, os bustos caracterizados no jazigo manifestam um discurso do poder e da opulência vividos pela família, na época.

Segundo o poder público, o jazigo estava em risco de desmoronar, em três meses de processo, os familiares foram notificados via diário oficial e com um mês após este trâmite, sem resposta dos citados, a prefeitura inicia sem qualquer acompanhamento de equipe técnica a demolição. Caracteriza-se aqui a ausência de um discurso de preservação do patrimônio. Foi solicitado que pelo menos se preservassem os bustos da

família e, após a demolição da sepultura, as esculturas foram removidas a um canto no muro do cemitério.

Apresenta-se um discurso burocrático em que os funcionários obedecem às determinações administrativas municipais. Verifica-se que não há políticas de preservação, ou de educação patrimonial.

Outra referência é o jazigo de outra família tradicional na cidade, único exemplar em estilo gótico, confeccionado em 1875, que teve o mesmo fim, foi demolido, dando lugar a um túmulo com gavetas, aumentando a disponibilidade de local para sepultamentos. É possível se verificar, nesses casos, o discurso econômico, manifestado nesta nova concepção de túmulo.

Entre os inúmeros jazigos, mais um chama a atenção, pelo seu tamanho pequeno dentre os grandes mausoléus, mede 1,50 x 2,30 metros. Mas no seu interior esculpido entre seus tijolos existia a réplica do altar da antiga igreja matriz de Mogi, demolida em 1954, e partes de seus retábulos, hoje, encontram-se na Igreja Nossa Senhora do Brasil na Capital Paulista. Este jazigo está abandonado há décadas; em suas rachaduras cresceram pequenos arbustos, caracterizando-se o abandono do local. A não conservação do texto tumular, com sua linguagem arquitetônica agora com rachaduras e arbustos compõem um outro texto que veicula o discurso do esquecimento e do abandono.

Hoje, em seu lugar, há outro túmulo com seis gavetas em formato de cubo revestido com ladrilhos feitos para piso de residências. As futuras gerações perderam tanto o altar original da antiga igreja quanto sua réplica. É uma morte sobre morte pela ausência de uma educação patrimonial. Essas descaracterizações manifestam, por meio de seus significados e símbolos, discursos das novas gerações, sob a influência da economia. O registro do morto não é mais prioridade dos familiares, adornos, signos e estatuetas, cada vez mais desaparecem dando lugar apenas a nomes e datas. A estética do esquecimento é manifestada nos novos textos arquitetônicos.

Após levantamento fotográfico e relatos documentais e orais, requer-se uma política de preservação em que a ausência do Poder Público é preenchida pela presença de empresas privadas. Um projeto de preservação do patrimônio foi apresentado junto ao Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural, Artístico e Paisagístico de Mogi das Cruzes – COMPHAP.

Este conselho foi criado em 30 de maio de 2003, é composto por 22 representantes, porém a burocratização do órgão torna os processos e diálogos

ineficientes. A falta de técnicos qualificados, em meio aos representantes, caracteriza a falta de uma política de preservação. Não há registro de que a entidade tenha organizado palestras, cursos ou mesmo educação patrimonial aos membros e comunidade. Em dez anos de existência, realizaram-se apenas tombamentos de patrimônios imateriais, no município, como a Festa do Divino Espírito Santo, a Festa de São Benedito, a Entrada dos Palmitos, o Afogado, a Congada e o Moçambique. Em relação aos patrimônios materiais, o trabalho foi pouco significativo, apenas 7 (sete) locais foram tombados para uma cidade de quatro séculos. Pode-se verificar que, em onze anos, a atuação do órgão é ineficiente, porque o discurso econômico é bem mais eficiente.

Considerações

Não foram promovidos esforços para um diálogo referente ao tombamento do Cemitério São Salvador e mesmo de alguns túmulos. A participação de empresas privadas foi dificultada perante a burocratização do ato de restaurar jazigos em abandono. Para a entidade, o ato de restauro deve ser acompanhado por familiares, técnicos da área e autorização do Poder Público mantenedor do Cemitério, porque demanda custos. Manifesta-se um discurso contraditório, em que se percebe uma transferência de responsabilidade. Mesmo a proposta de se inserir, no local, um trabalho educativo com a comunidade e turistas não foi considerada.

Infelizmente, a comunidade local está acompanhando a segunda morte de seus entes, por falta de políticas públicas de preservação e omissão do Estado. A comunidade apenas fomenta que o principal órgão de preservação realize trabalhos como órgãos em esferas estaduais, como o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), como o tombamento na capital paulista do conjunto do Cemitério da Consolação - incluindo o Cemitério da Venerável Ordem Terceira do Carmo e o Cemitério dos Protestantes - realizado em 2004. Tal realização pode auxiliar para se evitar o desaparecimento desses espaços carregados de história e memória.

Referências

BOSI, E. **Memória e sociedade**. São Paulo: T.A. Queiroz / Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

BRASIL, Lei de 1º de outubro de 1828. **Regimento das Câmaras Municipaes**. Rio de Janeiro, 1885. Disponível em < <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227296>> Acesso em 20 de novembro de 2013.

CYMBALISTA, Renato. **Cidade dos Vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios paulistas**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAU/USP, 2001.

GREIMAS, Algirdas Julien. **Del Sentido II. Ensaio semiotico**. Madrid: Gredos, 2001.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ministério de Educação e Cultura. Disponível em <
<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=14330&retorno=paginaIphan>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2014.

LANDOWSKI, Eric. **A Sociedade Refletida**. São Paulo: EDUC editora da PUC, 1992.

MOGI DAS CRUZES. Ata da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes-SP. Arquivo Histórico de Mogi das Cruzes-SP, s/d. Disponível em <http://www.comphap.pmmc.com.br/index.html>. Acesso em 18 de dezembro de 2013.

PAIS C. T. Conceptualização, Denominação, Designação: relações. In. **Revista Brasileira de Linguística**. Vol. 9. São Paulo: Plêiade, 1997.

RIBEIRO, Josefina Eloína. **Escultores Italianos e sua Contribuição à Arte Tumular Paulistana**. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH /USP, 1999.

SÃO PAULO. Código Sanitário do Estado de São Paulo, 1894. Disponível em <http://hr.pdfsb.net/c%C3%B3digo+sanit%C3%A1rio+do+estado+de+s%C3%A3o+paulo+de+1894> Acesso em 20 de novembro de 2013.

_____. Acervo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Publicações, Prudente de Moraes. Saneamento. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/acervo-historico/publicacoes/publicacoes.htm#prudente> Acesso em 18 de novembro de 2013.